



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007649-51.2009.8.17.0810(0234482-1)

APELANTE : Humberto Ferreira da Cunha
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR CONV. : Flávio Augusto Fontes de Lima
COMARCA : 2ª Vara Crim. da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
PROCURADORA : Mariléa de Souza Correia Andrade

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. LESÃO CORPORAL (ART. ART. 129, § 9º DO CP). NEGATIVA DE AUTORIA. DESCABIMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONFISSÃO DO RÉU E PALAVRA DA VÍTIMA. ANTECEDENTES CRIMINAIS COMPROVADOS NOS AUTOS. RENÚNCIA À REPRESENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I- Autoria comprovada pela confissão de réu perante a autoridade policial e em Juízo, e, pelas declarações da vítima.

II- Em recente julgado STF decidiu ser de ação pública incondicionada lesão corporal contra mulher no ambiente doméstico.

III- Negado provimento ao apelo. Decisão unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0234482-1**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos, negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 30 de 04 de 13

Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



206

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007649-51.2009.8.17.0810(0234482-1)

APELANTE : Humberto Ferreira da Cunha
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR CONV. : Flávio Augusto Fontes de Lima
COMARCA : 2ª Vara Crim. da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
PROCURADORA : Mariléa de Souza Correia Andrade

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por Humberto Ferreira da Cunha, contra a sentença de fls.168/171, que o condenou a pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção em regime semiaberto, pelo crime de lesão corporal leve (contra sua irmã), previsto no art. 129, § 9º do CP.

O apelante requer, às fls.188/190, sua absolvição, sob a alegação de que o conjunto probatório não comprova o delito a ele imputado, e que, o Magistrado ao aplicar a reprimenda considerou que ele tem antecedentes criminais, baseado em crimes cometidos por outro indivíduo.

Aduz, ainda, que houve desistência da ação penal pelo perdão do ofendido.

O Ministério Público em contrarrazões, às fls. 198/199, pugna pelo não provimento do presente apelo.

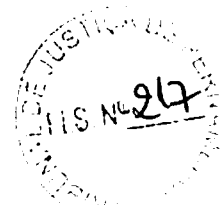
A Procuradoria de Justiça, pela Procuradora, Marilea de Souza Correia Andrade, ofertou parecer às fls. 202/203, opinando pelo não provimento do recurso, para que seja mantida a sentença em todos os seus termos. Afirma que as provas dos autos demonstram que o apelante é o autor do crime a ele imputado, sendo, inclusive, reincidente.

É o relatório. À Revisão.

Recife,

de

Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007649-51.2009.8.17.0810(0234482-1)

APELANTE : Humberto Ferreira da Cunha
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR CONV. : Flávio Augusto Fontes de Lima
COMARCA : 2ª Vara Crim. da Comarca de Jaboatão dos Guararapes
PROCURADORA : Mariléa de Souza Correia Andrade

VOTO

Como relatado trata-se de recurso de apelação interposto por Humberto Ferreira da Cunha, contra a sentença de fls.168/171, que o condenou a pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção em regime semiaberto, pelo crime de lesão corporal leve, previsto no art. 129, § 9º do CP.

O apelante alega que não ficou comprovado pela perícia que a vítima tenha sofrido qualquer violência, e que, o Magistrado considerou crimes praticados por terceiro ao majorar a pena imposta a ele por antecedentes criminais.

Aduz, ainda, que houve desistência da ação penal, uma vez que foi concedido o "perdão" pela vítima.

Pois bem.

Narra a denúncia que:

"No dia 12 de maio do corrente ano de 2009, por volta das 14h, na casa nº 38 da Rua Taquaru, UR06, nesta cidade, o denunciado, desferindo um golpe com as mãos, causou em sua irmã Ana Clea Barbosa de Oliveira, as lesões corporais de Natureza leve descritas no incluso laudo traumatológico.

Consta, ainda, dos autos que o denunciado encontrava-se embriagado e após uma discussão banal com a irmã, deu-lhe um soco no rosto.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

A materialidade delitiva, diferentemente do que alegado pela defesa, está comprovada nos autos pelo Laudo de Constatação de lesão corporal às fls.19 e Laudo Traumatológico às fls.82, não prevalecendo, portanto, a alegação do réu de que a perícia não comprovou a agressão contra sua irmã.

Quanto à autoria, o réu confessou o delito perante a autoridade policial (fls.06/07), tendo ratificado suas declarações em Juízo (fls. 157/158). Senão vejamos:

"...estava próximo a porta da cozinha da casa de sua genitora e sua irmã Ana Clea estava na cozinha e pediu para que ele varresse o quintal, mas respondeu:: "não vou varrer e não vou varrer não", no momento Ana Cléa saiu correndo para o quarto e jogou uma xícara vazia na altura da clavícula do mesmo, e após poucos minutos Ana Cléa correu para frente da casa da tia de ambos e correu atrás dela dando-lhe um murro na boca e a empurrou, momento em que ela arranhou as costas na parede...; ... apenas agiu dessa forma porque estava nervoso e tinha tomado uma" biritinha' , ... quando está embriagado procura sair de casa para evitar problemas;... já foi processado com pena alternativa..."(fls.06/07)

"...sua irmã Ana Cléa não estava em casa e chegou depois, lhe viu ali no muro e mandou que limpasse o quintal. ... respondeu a Cléa que não ia limpar o quintal e Cléa lhe atirou uma xícara;... correu atrás de Cléa e deu um murro nesta..." (fls.157/158).

A vítima em Juízo, às fls.155, afirmou as agressões sofridas pelo seu irmão nos mesmos termos:

" ...ela depoente mandou que Humberto fosse limpar o quintal e este respondeu que não ia;... ela depoente jogou uma xícara em Humberto e este correu atrás dela depoente, lhe deu um empurrão e um murro..."

Como visto, não restam dúvidas quanto à materialidade e autoria delitivas, uma vez que consubstanciadas nos autos, mormente pela confissão do réu e declarações da vítima.

Não merece amparo, também, a alegação de que o Magistrado ao aplicar a reprimenda considerou que o réu tem antecedentes criminais, baseado em



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

crime cometido por terceiros, uma vez que está comprovado às fls. 60/64, que o apelante foi condenado duas vezes com trânsito em julgado (processos-crimes de nº222.2004.009120-0 (art.157, § 2º, I e II do CP), e nº213.2006.005174-3 (art. 157, § 2º, I do CP).

Melhor sorte não assiste ao apelante quanto á alegação de que a vítima desistiu da ação penal ao manifestar seu perdão ao agressor.

De início ressalte-se que o perdão do ofendido só extingue a punibilidade nos crimes de ação penal privada.

Por oportuno colaciono a seguinte Jurisprudência:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PENAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. VÍTIMA POBRE E MENOR DE QUATORZE ANOS. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO. MISERABILIDADE DA VÍTIMA E DE SUA FAMÍLIA DEMONSTRADA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PERDÃO DO OFENDIDO. IMPOSSIBILIDADE EM AÇÃO PENAL PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.
Nos crimes contra os costumes, uma vez atestada a pobreza da vítima pela autoridade policial ou por outros meios de prova, a ação penal passa a ser pública condicionada à representação, tendo o Ministério Público legitimidade para oferecer a denúncia. Inteligência do art. 225, § 1º, do Código Penal.
Em se tratando de crime de ação penal pública condicionada, não se exige rigor formal na representação do ofendido ou de seu representante legal, bastando a sua manifestação de vontade para que se promova a responsabilização do autor do delito.
O perdão do ofendido, seja ele expresso ou tácito, só é causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram exclusivamente por ação penal privada.
Ordem DENEGADA.
(HC 45.417/SP, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 25/09/2006, p. 311)"

Não obstante constatado que o presente crime se procede mediante ação pública condicionada à representação, para a exata compreensão da questão referente à retratação da vítima, confira-se a redação do art. 16 da Lei Maria da Penha:

*"nas ações penais públicas condicionadas à representação de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em **audiência especialmente designada com tal finalidade**, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público".*



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Na hipótese, a vítima, manifestou desinteresse em permanecer com a representação, em cartório, antes do recebimento da denúncia, através de documento acostado aos autos às fls. 116, o que levou o Magistrado a quo a expedir mandado de intimação às fls. 128, destinado à vítima, para seu comparecimento perante Juízo no prazo de dez dias, oportunizando a ratificação ou não da representação contra o réu.

A vítima, Ana Cléa Barbosa de Oliveira, não foi encontrada pelo Oficial de Justiça (fls. 128/v.), tendo sido intimada através do edital de fls. 129, contudo não compareceu a audiência designada pelo Juiz, para ratificar a desistência à representação.

De plano, cumpre destacar que a *mens legis* da norma expressa no art. 16 da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) é dificultar a retratação (renúncia) da representação, a fim de garantir a completa independência da decisão da vítima, ou seja, a retratação da representação foi dotada da máxima formalidade, somente podendo ser realizada perante o juiz, em audiência designada especialmente para essa finalidade, após a ouvida do Ministério Público, a fim de preservar a veracidade e a espontaneidade da manifestação da vontade da vítima, impedindo que esta exerça a retratação em virtude de coação do ofensor.

Não é demais trazer aos autos recente julgado do STF que decidiu ser de ação pública incondicionada lesão corporal contra mulher no ambiente doméstico.

“Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para, dando interpretação conforme aos artigos 12, inciso I, e 16, ambos da Lei nº 11.340/2006, assentar a natureza incondicionada da ação penal em caso de crime de lesão, pouco importando a extensão desta, praticado contra a mulher no ambiente doméstico, contra o voto do Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente). Falaram, pelo Ministério Público Federal (ADI 4424), o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso; pelo interessado (ADC 19), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Dr. Ophir Cavalcante Júnior e, pelo interessado (ADI 4424), Congresso Nacional, o Dr. Alberto Cascais, Advogado-Geral do Senado. Plenário, 09.02.2012”.

:REQTE.(S)PROCURADOR-GERAL	DA	REPÚBLICA-
INTDO.(A/S)	PRESIDENTE	REPÚBLICA-
ADV.(A/S)	ADVOGADO-GERAL	UNIÃO
INTDO.(A/S) - CONGRESSO NACIONAL”		

Portanto, é o caso dos autos. Mesmo que não houvesse a mencionada ADIN, não há que se falar em extinção da punibilidade do acusado em relação ao delito descrito na denúncia em virtude da renúncia à representação da vítima, que deixou de comparecer em juízo para reiterar a representação procedida na fase policial.

Por oportuno colaciono a seguinte Jurisprudência:

“ **Número:** 70037550639 **Tribunal:** Tribunal de Justiça do RS - **Tipo de Processo:** Recurso em Sentido Estrito - **Órgão Julgador:** Terceira Câmara Criminal - **Relator:** Ivan Leomar Bruxel - **Comarca de Origem:** Comarca de Teutônia

Ementa: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. AMEAÇA. LEI 11.340/06. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. A retratação da representação é válida apenas quando a vítima é ouvida em audiência (art. 16) preliminar, não sendo válido o simples comparecimento em cartório. APELO MINISTERIAL PROVIDO. UNÂNIME. (Recurso em Sentido Estrito Nº 70037550639, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 16/09/2010)
Data de Julgamento: 16/09/2010 - **Publicação:** Diário da Justiça do dia 30/09/2010”

Isto posto, meu voto é pelo não provimento do recurso, devendo ser mantida em todos os seus termos a sentença atacada.

É COMO VOTO.

Recife, 30 de 04 de 13.

Flávio Augusto Fontes de Lima
Relator Convocado